

O Plano Diretor, os conflitos de competência e o papel dos agentes públicos.

Paulo Romano Reschilian

Professor Assistente Doutor de Planejamento Urbano e Regional

Departamento de Arquitetura da Universidade de Taubaté

paromano@uol.com.br

RESUMO

Situado na região denominada Vale do Paraíba paulista ou Cone Leste Paulista, o município de Tremembé, segundo dados da Fundação SEADE, conta com 39.731 habitantes, o que o qualifica como cidade que deve atender às exigências do Estatuto da Cidade e promover a elaboração de Plano Diretor Participativo. Tremembé caracteriza-se como Estância Turística, desde 27 de Dezembro de 1993, de acordo com a Lei Estadual 8.506/93, o que coloca para o município a tarefa de prever um cenário de desenvolvimento que permita um patamar de sustentabilidade socioambiental fundado no turismo.

O grau de urbanização, a população urbana e os valores adicionados relacionados à atividade econômica caracterizam o município com perfil predominante da economia no setor serviços e na atividade industrial.

Além disso, o município não conta com Plano Diretor e nenhum dado cadastrado no que se refere aos indicadores de política urbana realizados pela pesquisa da Fundação SEADE.

Algumas variáveis tornam o município objeto de um desafio, quer seja do ponto de vista socioambiental e político, quer seja do ponto de vista metodológico e conceitual para a prática do planejamento municipal e intra-urbano. Isto porque, embora seja um município de pequeno porte e, atualmente, dependente economicamente da cidade de Taubaté, configura um conjunto de situações complexas tais como: presença de cavas de areia nas margens do rio Paraíba, causadora de problemas ambientais, existência de assentamentos de trabalhadores rurais em área do perímetro urbano prevista como área de expansão do município, potencialidade turística (natural e cultural), condições

socioambientais caracterizadas por ocupação em áreas impróprias para construção na bacia do rio Paraíba e do Rio Una. Nesse sentido faz necessário criar um sistema de planejamento participativo como meio de promover o planejamento do município e desenvolver metodologia participativa na elaboração do Plano Diretor do Município de Tremembé, SP, bem como capacitar agentes sociais representantes dos diferentes segmentos da sociedade possibilitando a gestão democrática na elaboração e acompanhamento do Plano Diretor.

INTRODUÇÃO

Para compreender a inserção do município de Tremembé no cenário regional, faz-se necessário analisar o contexto regional que configura o Vale do Paraíba Paulista. Torna-se imprescindível pensar que sua organização territorial está intimamente ligada historicamente à organização da cadeia produtiva e aos vetores de ocupação e desenvolvimento propiciados no meio físico, seja ele natural (bacias hidrográficas, em especial a do Rio Paraíba e relevo), seja ele transformado pela construção dos eixos ferroviário e rodoviário e a conseqüente formação de assentamentos humanos.

A região, situada no eixo das duas maiores metrópoles brasileiras, constitui particular situação, uma vez, que os vetores de crescimento demográfico e econômico e seus desdobramentos causados ao ambiente aproximam e particularizam municípios por meio dos problemas urbanos e ambientais ao longo de pelo menos quatro décadas. Outro elemento importante é a política de investimentos públicos e privados que contribui para a configuração de disparidades regionais e a concentração de investimentos de capital e formação de pólos catalisadores do crescimento populacional, com conseqüentes problemas habitacionais urbanos e ambientais.

A criação do Consórcio de Desenvolvimento Intergado do Vale do Paraíba e Litoral Norte – CODIVAP, na década de 1960 constitui indicativo das preocupações que já ganhavam dimensão regional na segunda metade do século XX. Já década seguinte, 1970, iniciam-se os estudos de caracterização regional associados ao levantamento do meio físico e da dinâmica socioeconômica no

plano municipal, buscando-se configurar um panorama das diversidades e problemas da região.

A formulação dos Planos, Macro-Eixo, 1978 e MAVALE, 1992 revela as intenções em se desenvolver instrumentos ou diretrizes de planejamento de escala regional a partir da identificação do perfil e papel dos municípios nessa matriz.

O PROCESSO HISTÓRICO

A transformação do Brasil em um país urbanizado, de base industrial, ocorre efetivamente, a partir da segunda metade do século XX. No entanto, o processo de urbanização brasileira de maior abrangência nacional data, de aproximadamente, 150 anos, e, relaciona-se à consolidação do estado nacional e às transformações operadas pela promulgação da lei de terras e pela superação do modelo produtivo baseado no trabalho escravo e na economia agro-exportadora.

A adequação progressiva da economia brasileira aos indicativos do capitalismo internacional foi se consolidando sob as bases territoriais e sob as estruturas sociais (e familiares) que historicamente haviam produzido os ciclos econômicos, ciclos estes, assentados em determinadas regiões do país e concentrados mais próximos da faixa litorânea do país.

Resultante do processo de acumulação, dentro do qual se alterou a dominação econômica e política da região nordeste para o sudeste, a organização do território esteve vinculada às estratégias de acumulação de capital e manutenção do controle da economia pelas diferentes representações das elites nacionais num contínuo processo de permanências e mudanças.

Há que se considerar também, como abordagem da questão urbana no Brasil, as relações entre o estado e o urbano no Brasil, que se configuram e redesenham na história brasileira, desde o período colonial até o final do século XX. Alternam-se momentos de maior atuação do estado na economia e como promotor de políticas de desenvolvimento urbano em maior escala, e momentos em que a dinâmica do capital e das elites econômicas foi mais atuante ou

determinante na organização do sistema produtivo e do território, especialmente a partir da década de 1980.

A década de 1950 indica uma aceleração do processo de urbanização brasileiro. O processo que envolveu o período do "desenvolvimentismo", estando Juscelino Kubitschek à frente desta gestão na Presidência da República entre os anos 1956-61, foi marcado pelo grande investimento do Estado na criação de condições para a produção de bens de consumo duráveis, bem como para a produção de toda uma infra-estrutura (urbana e regional) que possibilitasse a geração de energia e vias de circulação de pessoas e mercadorias. Há de se ressaltar que no governo Vargas, década de 30, iniciou-se a reestruturação do Estado no Brasil e a aceleração de todo um processo de organização da nação assentados no binômio trabalho-urbanização.

Nesse contexto, a análise do processo de urbanização do Vale do Paraíba, a partir da inserção do próprio Vale, no eixo do deslocamento do capital entre Rio de Janeiro e São Paulo e as transformações no setor produtivo, cuja superação da atividade agro-pecuária pela implantação de indústrias, indica novas perspectivas para a construção de um ambiente urbano caracterizado pela tendência à concentração populacional e de capital em determinados municípios.

Além disso, cabe ressaltar, que o processo de urbanização do Vale do Paraíba paulista está historicamente associado às transformações do sistema produtivo e às resultantes das intervenções, no plano federal e estadual, de eixos interestaduais e intermunicipais de transporte, como a ferrovia no século XIX e, as rodovias, Presidente Dutra, D. Pedro I, Ayrton Senna e Carvalho Pinto, a partir da segunda metade do século XX.

A ação do Estado, promotora de condições para a implantação de uma política de desenvolvimento baseada em um planejamento de escala nacional, criou mecanismos geradores dos problemas urbanos, especialmente nas cidades cuja concentração de investimentos públicos e/ou privados, demandaram o crescimento de obras e serviços de alto custo, redefinindo padrões de consumo urbano, promovendo revalorização de terras, e tornando excluídas, grande parte

da camada de trabalhadores urbanos e migrantes que convergiam às cidades a partir da década de sessenta.

Segundo HARVEY (1982, pp.11-12)

Os produtores do ambiente construído, tanto os do passado como os atuais, oferecem ao trabalhador um conjunto limitado de escolhas de condição de vida. Se ele tem limitados recursos para exercer uma demanda efetiva, então ele tem que se virar com aquilo que consegue - exíguas habitações e precariamente construídas por exemplo. À medida que aumenta a demanda efetiva, o trabalhador tem uma escolha potencial para optar dentro de um leque mais amplo, e como resultado começam a surgir questões gerais sobre a "qualidade de vida".

É importante destacar que a idéia de demanda por serviços urbanos ou habitação não se constitui exclusivamente com a migração de população rural para a cidade ou de uma cidade para outra, ou seja, o simples fato de morar ou alugar-se.

O resultado das ações do Estado, a partir dos anos cinqüenta no Brasil, propiciou ao capital em suas formas de manifestação, ampliar e consolidar o controle sobre a apropriação do espaço urbano, ocasionando desde logo, a tendência à formação de periferias e à ocupação de locais para habitação desprovidos de infra-estrutura e níveis de habitabilidade, como favelas e cortiços, por exemplo.

O planejamento governamental, ainda que não explícito, associando-se ou não ao capital, e mesmo o processo contraditório que gerou ações fora do âmbito do planejamento estatal ou privado produziu no Brasil nas décadas de sessenta e posteriores, um modelo econômico cuja característica predominante, baseou-se na concentração de renda e riqueza, e na formação de um exército industrial de reserva, fundamentais à implantação do complexo industrial que necessitava de condições para a obtenção de lucros e para a reprodução do capital investido.

Deve-se observar, no entanto, que a ordem física correspondente à organização econômica da sociedade, significou a materialização de uma estrutura social, em que as camadas menos favorecidas, para concorrer por renda e por terra, ao mesmo tempo em que eram peças indispensáveis de tal engrenagem, tornaram-se alvo de políticas ambíguas do ponto de vista da consequência de suas ações. De um lado, promoveu-se, particularmente, a partir de meados dos anos sessenta, políticas habitacionais e urbanas visando tais camadas e pretendendo por meio da construção civil amenizar a questão das condições de reprodução da força de trabalho. Por outro lado, a ação de tais políticas, ao transferir para o setor privado a sua materialização, permitiu que a disputa pelas áreas mais valorizadas da cidade e as possibilidades de ganho de capital, tornassem os trabalhadores mais distantes e excluídos da participação ativa da vida da cidade e do acesso a bens e serviços por ela produzidos.

A região valeparaibana, por sua vez, ao longo de quatro séculos, foi constituindo seus núcleos urbanos, na maioria das vezes, nas proximidades do rio Paraíba, crescendo paralelamente às suas margens e, posteriormente, já no século XX, expandindo-se à leste e à oeste do eixo do rio, da ferrovia e das rodovias.

Num primeiro momento, abrigando as incursões para o interior do estado, até destacar-se na fase da economia cafeeira, a região assistiu a ciclos de crescimento e declínio econômico, condição atestada pela posição ocupada no século XIX pela cidade de Taubaté e posteriormente, no século XX, por São José dos Campos, posição que se confirma nas décadas recentes devido à inserção da economia brasileira no contexto da globalização.

O crescimento populacional, econômico e urbano do Vale do Paraíba, especialmente a partir do final dos anos de 1940, inseriu-se na lógica do processo de reprodução do capital e na organização do sistema produtivo. Tal processo vincula-se às diretrizes de ocupação territorial e formas de agenciamento espacial que possibilitaram novas dinâmicas de expansão urbana e desenvolvimento socioeconômico. Ressalta-se, que a construção da Indústria Siderúrgica de Volta

Redonda e a construção da Rodovia Presidente Dutra foram determinantes para a orientação do crescimento industrial e populacional do Vale do Paraíba paulista.

Portanto, o deslocamento da concentração urbana na região, em alguns municípios, relaciona-se aos ciclos econômicos do país e do próprio estado de São Paulo, bem como a diretrizes de desenvolvimento e planejamento regional no âmbito federal e estadual.

Nesse sentido as afirmações de Chuster (2000, p.4) confirmam que:

Nesse cenário, a região Sudeste, firmou-se como principal pólo de atratividade populacional, a cidade de São Paulo e sua respectiva região metropolitana. Entretanto, a partir de 1970, constata-se um decréscimo no ritmo de crescimento dessa região, motivado pela desconcentração das atividades industriais em direção ao interior do estado de São Paulo, processo esse que, segundo Cano (1988), ficou conhecido como “interiorização da indústria”.

Segundo dados encontrados em CODIVAP (1971), no período entre as décadas de 1940 a 1970, o crescimento da população do Vale do Paraíba paulista elevou-se de 396.013 para 830.421 habitantes, o que significa um incremento de 110%. Na década de 1970 a população urbana alcançou a cifra de 607.423 habitantes, superando significativamente os 150.127, da década de 1940. Em termos percentuais, o Vale do Paraíba passa a se destacar em relação ao interior do Estado de São Paulo, atingindo 73% da população residindo em área urbana, ao passo o interior concentra 63%.

O que pode ser observado, além disso, é o crescimento do número de cidades com mais de 20.000 habitantes no período de 1940 a 1970, elevando-se de uma a nove, passando a responder pela concentração de 82% do contingente populacional total.

O processo de desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo tornou o Vale do Paraíba, assim como as regiões de Campinas, Santos e Ribeirão Preto, uma região de expansão econômica que atingiu expressiva taxa de urbanização.

A evolução do número de habitantes por município, no século XX revela a tendência de crescimento populacional mais acelerado em algumas cidades, registrando-se em São José dos Campos o maior taxa de crescimento. Em duas décadas (1980 a 2000), o contingente populacional elevou-se de 287.289 habitantes para 538.909 habitantes.

TABELA I – Evolução da população nos municípios do Cone Leste Paulista

Municípios	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	2000
Caçapava	12.267	18.099	16.352	19.301	23.841	30.712	51.377	75.813
Cruzeiro	1.1075	12.676	16.466	19.918	31.081	45.672	57.992	73.469
Guaratinguetá	38.263	43.101	29.345	36.657	52.044	68.869	84.879	104.022
Jacareí	15.309	18.135	23.669	27.561	34.860	61.216	115.287	191.358
Lorena	12.895	15.645	15.961	24.569	32.764	46.463	57.342	77.843
Pindamonhangaba	21.871	2.6493	22.995	28.901	39.142	48.222	69.573	125.722
São José dos Campos	18.122	30.681	36.279	44.804	76.994	148.332	287.289	538.909
Taubaté	36.723	45.445	40.970	52.997	77.307	110.585	169.258	244.107
Tremembé	4188	8495	6702	8905	8881	11689	18088	34.807
Total geral da população*	339.674	369.004	399.046	452.736	578.220	786.653	1.132.544	1.765.778

Dados populacionais – Censo: 1900 – 2000

Fonte: IBGE.

* Total da população incluindo todos os municípios do cone Leste Paulista

O quadro acima permite observar o crescimento populacional dos principais municípios, do atualmente denominado Cone Leste Paulista, especialmente nas cidades de Jacareí, Taubaté e São José dos Campos, concentrando cerca de 50% da população.

Destaca-se no quadro o significativo crescimento populacional do município de Tremembé que, em duas décadas cresceu cerca de 100%, o que, tendo em vista a limitada capacidade de investimento do município, a ausência de políticas públicas de escala nacional e estadual no campo da infra-estrutura e habitação,

constitui-se em problemas complexos para o desenvolvimento sócio espacial do município.

QUESTÕES DE ORDEM TERRITORIAL E DE ESPECTRO JURÍDICO

Buscando o entendimento de que no capitalismo periférico há uma concentração populacional, de investimentos, de recursos em determinadas cidades, que produz uma cadeia hierárquica de desenvolvimento intradependente, na qual, o modelo de desenvolvimento hegemônico dos países centrais tende a expandir-se pelas metrópoles periféricas, para submeter regiões ou municípios a esse modelo, assistimos, na década de 1980, ao mesmo tempo, uma acumulação de riqueza nas regiões metropolitanas e uma desconcentração industrial para regiões de maior possibilidade de reprodução do capital.

Nesse contexto, o Vale do Paraíba Paulista, situado no eixo de ligação das duas maiores metrópoles brasileiras, constitui-se em área de interesse de estudo do processo de urbanização periférica, por configurar-se como região pólo de desenvolvimento tecnológico e industrial, especialmente a partir da década de 1970, porém demarcada por particularidades locais numa matriz regional.

Nos municípios do Vale do Paraíba Paulista, observamos, por sua vez, a crescente política de incentivo à instalação de indústrias na década de 1990, na perspectiva de geração de empregos e atração de investimentos de capital, criando-se inclusive, distritos industriais em cidades como Taubaté e Pindamonhangaba, além do já consagrado pólo industrial e tecnológico de São José dos Campos.

A década de 1990, marcada pelas transformações da estrutura produtiva motivada pela inserção definitiva do país na lógica da mundialização e a consagração da “guerra fiscal” como mecanismo de atração de investimentos para os municípios, consagram a tendência de concentração de investimentos em centros urbanos já desenvolvidos e asseveram a tendência de urbanização periférica em municípios como São José dos Campos e Jacareí.

Nesse sentido, cabe analisar o papel de algumas cidades do Vale do Paraíba que compõem o quadro dos municípios pólo, na medida em que

constituem o que se pode denominar semi-periferia da macro-metrópole paulista, tal como afirma os o relatório do NIPPC (2000:50-51);

Situadas em zonas intermediárias, as semiperiferias produzem uma condição específica com vantagem de custos, quando comparadas aos núcleos orgânicos centrais, e “vantagem” de receitas, quando comparadas às zonas periféricas. [...] Nesse último contexto é que se enquadra a região do Vale do Paraíba, com cidades médias, dotadas de infra-estrutura de comunicação e acesso às capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, sem congestionamentos ou grandes dificuldades no transporte coletivo, sem legislações ambientais rigorosas e movimento sindical organizado e politizado, além de possuir um contingente de desempregados qualificados e políticas de incentivos fiscais nos principais municípios tornando-se um *locus* adequado à acumulação capitalista.

Embora sem considerar a lógica presente na relação dominação-subordinação inerente à dinamização da economia-mundo, Benévolo (1984) procurou identificar algumas razões pelas quais o padrão de urbanização derivado da modernidade urbano-industrial não foi possível de se realizar em termos compatíveis, especialmente nos países periféricos ou semi-periféricos do “mundo desenvolvido”.

A principal razão assenta-se para Benevolo (1984, p.105), no que ele denominou método de gestão tradicional, alicerçado na determinação da construção pela distribuição fundiária na qual,

a taxa de ganho especulativo nas transações fundiárias é muito mais elevada que a taxa de lucro empresarial na construção dos artefatos, a ponto de tornar este último irrelevante: a construção é sobretudo expediente destinado a monetizar o valor potencial de um terreno, e pouco importa se foi projetada e executada bem ou mal.

Portanto, para Benevolo (1984, p.106),

Onde, porém, a modernidade continua subalterna, mas o método e os interesses tradicionais resistiram à prova, os organismos urbanos racham em duas partes: uma para as classes dominantes, onde valem as regras dos projetos e dos planos urbanísticos; a outra para as classes subalternas, na qual as regras não são mais observadas.

É evidente que as reflexões de Benévolo carecem de considerar os mecanismos aos quais as economias periféricas são submetidas, mas, não se pode deixar de considerar, em certa medida, que algum nível de decisão local (nacional), existe, e nele se consagram muitas vezes, as práticas resultantes do modo pelo qual a gestão do território é concebida ou gestada.

Quando se procura contextualizar nesse quadro o município de Tremembé verifica-se que apesar de ser considerado um município de pequeno porte (aproximadamente 40.000 habitantes), verifica-se um conjunto de problemas de natureza socioespacial que são identificáveis em cidades grandes e até regiões metropolitanas tais como: assentamentos precários na proximidade de leito de rios, loteamentos irregulares, problemas de destinação de resíduos, problemas ambientais derivados da extração de areia e argila, tendência de expansão periférica configurando loteamentos e bairros com deficiência de infra-estrutura, problemas de segurança e oferta de trabalho entre outros.

Pode-se explicar tal situação devido às semelhanças com o processo de urbanização de muitos municípios brasileiros, mas, também pela forma de gestão do território realizada por sucessivos governos municipais e das interfaces com a dinâmica do capital imobiliário e financeiro consagrada nesse processo.

O diagnóstico realizado por ocasião do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo traz alguns elementos importantes que apontam na direção de futuras ou prováveis demandas jurídicas, tendo em vista a perspectiva de ocorrer conflitos de competências entre as diferentes esferas de poder, o município, o estado e a união. O que também significa destacar o papel que os órgãos públicos e as instâncias de decisão e deliberação constituídas deverão ter, na medida que,

levando-se em conta a Constituição Brasileira de 1988, as Leis Orgânicas dos municípios e a Lei 10257, o Estatuto da Cidade, a prerrogativa ou a responsabilidade de estabelecer a normatização ou os parâmetros de ocupação e uso do solo é do município. O Plano Diretor previsto como instrumento de Política Urbana no estatuto da Cidade indica que a deliberação sobre o uso e ocupação do solo, incluindo a zona rural, é tarefa do município.

Há ao menos três situações que envolvem o município de Tremembé e que poderão ser passíveis de discussão do ponto de vista jurídico quando da futura implementação e deliberação do Plano diretor, atualmente em fase de elaboração.

A primeira delas se refere à existência de dois assentamentos do INCRA no município, sendo que o primeiro data de 1994 e o segundo deste ano de 2006 numa área do município contígua à parte urbanizada da cidade e de tendência à expansão de condomínios de alto padrão.

O problema reside no fato de que algumas especulações durante a fase de levantamento de dados e reuniões de leitura comunitária apontaram para o entendimento de que a área do assentamento Nova Conquista (1994) seria propícia para expansão urbana, ainda que nenhuma diretriz resultante do Plano tenha sido traçada ou discutida em termos concretos. Porém, o assentamento constitui uma situação complexa para o município, pois, em função da ausência de insumos e de uma política eficaz, de fato, de fixação de famílias em área rural, além das condições geomorfológicas do local (área de exploração de xisto pela Petrobrás, e de plantação de eucaliptos) a grande maioria das 103 famílias residentes não trabalham na terra e são trabalhadores urbanos, seja do setor de serviços, construção civil ou do mercado informal.

Tal contexto faz com que alguns setores sociais do município entendam que os moradores do assentamento são privilegiados, pois além de terem recebido terra e não a tornarem produtivas, ficam protegidos pela condição de assentados. Sem contar um perceptível estigma que ainda reside sobre essa população, pois na maioria das vezes que se referem a ela denominam-na de “os sem-terra”.

É evidente que a área do assentamento será objeto de interesse dos agentes imobiliários e nesse sentido poderão emergir questões quanto à natureza das deliberações efetivadas por diretrizes de planejamento participativas e que podem gerar controvérsias para a permanência do assentamento na área onde está. Essa é uma questão que pode demandar conflito de competências.

Uma segunda questão diz respeito a existência de unidades prisionais no município de Tremembé, que somadas às unidades existentes em Taubaté e Pindamonhangaba, constituem um cenário de preocupações para a população do município tendo em vista as ocorrências derivadas da dimensão que atingiu o crime organizado em suas formas de ação e manifestação. Isso se refletiu no diagnóstico realizado em virtude da elaboração do Plano Diretor, apontado a segurança, um dos principais problemas do município em razão da existência dos presídios.

Há uma decisão ainda não operacionalizada na esfera do governo do estado de São Paulo em implantar duas unidades de recuperação de jovens infratores no município o que tem gerado demandas dos setores mais organizados da população e de vereadores às instâncias do poder público estadual. As informações da Secretaria de Assistência Jurídica revelam que o critério para implantar unidades prisionais é a existência de propriedade do estado num determinado lugar, inclusive visando evitar desapropriações e outros ônus aos cofres públicos.

Nesse sentido é que se apresenta uma perspectiva de conflito, pois, caberá ao município decidir no Plano Diretor uma destinação diferente para as áreas de propriedade do estado de São Paulo? Essa é uma questão para futuras discussões de caráter jurídico.

Uma terceira questão se coloca para a existência de atividade minerária cuja expressão do município no cenário regional é significativa, contribuindo em 2005, com 36% do consumo de areia destinada à construção civil na cidade de São Paulo. O Vale do Paraíba Paulista contribui com 25% da areia para construção civil consumida no estado de São Paulo.

Ainda que haja um zoneamento minerário que data de 1997 e estabelece parâmetros, restrições e permissões para essa atividade, reverter esse quadro de degradação ambiental no município poderá resvalar em decisões de esfera estadual, até porque quando se trata do reaproveitamento ou reutilização de cavas com exploração encerradas há restrições do DPRN quanto a natureza da ocupação pretendida ainda que seja para fins turísticos.

Inserido na dinâmica regional do cone leste paulista o município de Tremembé caracteriza-se como município dormitório e de predominância de atividades econômicas do setor de serviços. No entanto, a perspectiva de desenvolvimento sustentável fundamentada no turismo, encontra alguns obstáculos a serem superados, especialmente diante da possibilidade da configuração de um novo cenário socioespacial que permita formas de inclusão mais eficazes e criação de alternativas de geração de emprego e renda que permitam superar o atual estágio de desenvolvimento em que se encontra o município. Além da participação efetiva da sociedade e dos movimentos sociais organizados, vislumbra-se o envolvimento dos poderes públicos constituídos, quer na esfera local, estadual e federal, mas, fundamentalmente, a ação sensível do poder judiciário para as questões que ora se colocam nesse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVOLO, Leonardo. **A Cidade e o Arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

CHUSTER, Vitor. **O Zoneamento em São José dos Campos: 1971 a 1997**. Dissertação de Mestrado. São José dos Campos, SP: Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, 2000.

CODIVAP. Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte. **Caracterização e avaliação dos conhecimentos existentes sobre a região do Vale do Paraíba e diagnósticos resultantes**. Pindamonhangaba, SP, 1971.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____ O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**. nº 6, São Paulo: Núcleo e Estudos Regionais Urbanos, 1982.

KURKDJIAN, M.L.N.O. et al. **MAVALE - Macrozoneamento da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo**. São José dos Campos, SP: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais: Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte, 1992.

NIPPC. Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Práxis Contemporâneas. **Políticas sociais e o enfrentamento do reconhecimento institucional e público em regiões de desenvolvimento da sociedade brasileira**. Taubaté, SP: Departamento de Ciências Sociais, Filosofia e Letras da Universidade de Taubaté, maio de 2000.

OLIVEIRA. Francisco de. **O Estado e o Urbano no Brasil**. S.l.: S.N, 1977.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. Proteção aos mananciais do macro-eixo paulista. **Plano Regional do Macro-Eixo Paulista**. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento: Governo do Estado de São Paulo, 1978.